

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

FOLHA DE SÃO PAULO

O discurso de Sarney

Em pronunciamento realizado ontem, por rede nacional de rádio e TV, o presidente Sarney manifestou as preocupações de seu governo quanto aos resultados do trabalho em curso no Congresso constituinte. Em linhas gerais, à exceção dos exageros e simplificações, poucos reparos podem ser feitos ao sentido de que se revestiu a fala presidencial: a apreensão com que observou a possibilidade de a nova Carta onerar em demasia a União, criar obstáculos ao crescimento econômico e gerar problemas de ordem institucional é compartilhada por expressivos setores da opinião pública.

Não foram poucos os alertas emitidos, ao longo do processo de votação, com o propósito de despertar os parlamentares para o séquito de absurdos que se encontrava inscrito no projeto em exame. Em que pesem as críticas e as ponderações, o irrealismo, o espírito populista, o preconceito contra o mercado e a estreiteza xenófoba acabaram por imprimir suas marcas em diversos pontos do texto. Em nome de interesses meramente eleitorais, de conveniências de ocasião, de ilusões pseudoprogressistas e de ambições fisiológicas, preferiu-se atender às pressões dos lobbies de toda sorte, pouco importando as consequências práticas de medidas como a anistia às dívidas de pequenos e médios empresários, a proibição de contratos de risco, a discriminação ao capital estrangeiro, o tabelamento de juros ou a desmoralizadora estabilidade concedida a funcionários públicos não concursados.

Impõe-se, porém, considerar que em flagrante contraste com a retórica muitas vezes alarmista utilizada no discurso — como exemplifica a estimativa de que a Carta poderá tornar o país ingovernável “nas empresas, nas relações de trabalho, nas famílias e na sociedade” —, a base parlamentar do Planalto foi coadjuvante e, em

alguns casos, protagonista, da coleção de sandices contra a qual se volta, agora, o presidente. Note-se, ademais, que no tocante aos gastos públicos, o Executivo tem sido incapaz, nos últimos três anos, de demonstrar, na prática, a mais pálida sombra do rigor e da austeridade que pretende ver assegurados na futura Constituição. Desde a insistência obsessiva em levar à frente a ferrovia Norte-Sul, ao recuo na proposta de realizar uma ampla reforma administrativa, sugerida pelo próprio presidente em pronunciamento nacional, passando pelas concessões inaceitáveis a empresas endividadas, pela timidez em conduzir um profundo processo de privatização, pelo desperdício de verbas distribuídas a fundo perdido pela Seplan, o governo central é um dos notórios responsáveis pelo descontrole financeiro da máquina pública.

Considerar o pronunciamento de ontem fiel aos temores manifestados por aqueles que desejam ver o país ingressar em uma etapa de racionalidade administrativa, equilíbrio institucional e modernização econômica, não se confunde com o endosso a seus deslizamentos demagógicos — como a tentativa de sensibilizar a população, fazendo crer que o projeto constitucional levaria ao fim da “merenda, da alimentação e dos remédios para os mais pobres” —, nem tampouco com o intuito conservador e golpista de desautorizar o trabalho do Congresso constituinte e interromper sua continuidade.

Se há distorções e enganos grosseiros no texto que agora entra em fase final de apreciação, há também virtudes e avanços inegáveis. Importa que os políticos eleitos para redigir a nova Constituição assumam integralmente suas responsabilidades públicas e entreguem ao país um conjunto de normas capaz de afiançar a conquista do desenvolvimento democrático, da prosperidade e do bem-estar social.